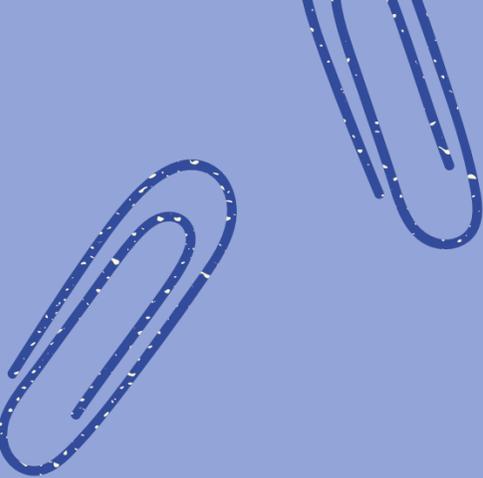


Cartilha de Boas Vindas para educadores recém contratados de Casas de Acolhimento

Maria Julia Felix Huber
Maria Fernanda B. Cid

São Carlos
2022



*Cartilha de Boas Vindas para
educadores recém contratados de
Casas de Acolhimento*

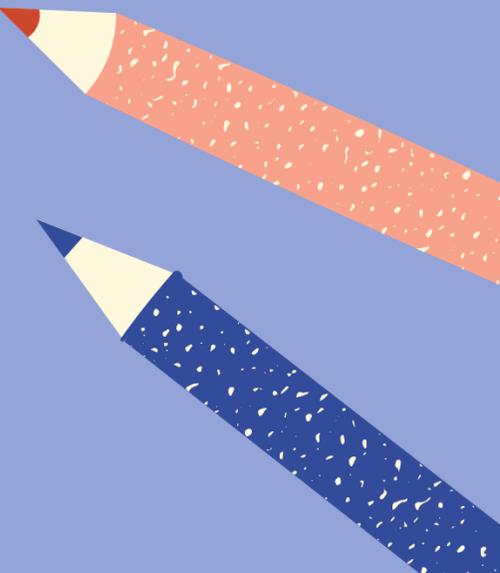
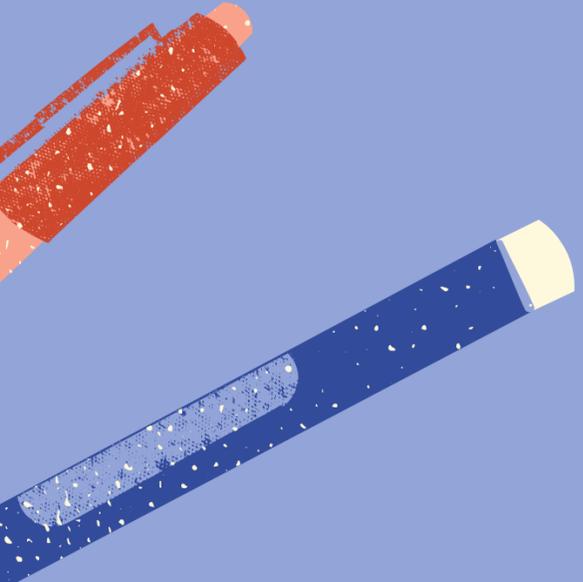
Autoras

Maria Julia Felix Huber -Graduanda de Terapia
Ocupacional - UFSCar

Maria Fernanda B. Cid - Docente do Departamento de
Terapia Ocupacional - UFSCar

Arte Gráfica

Maria Julia Felix Huber



© 2022 by Maria Julia Felix Huber, Maria Fernanda B. Cid.
Direitos dessa edição reservados à Comissão Permanente de Publicações Oficiais e
Institucionais - CPOI

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem a autorização expressa do
Editor.

Projeto Gráfico e Editoração eletrônica: Maria Julia Felix Huber
Revisão Gramatical e Linguística: Maria Julia Felix Huber e Maria Fernanda B. Cid

Pareceristas: Maria Fernanda Cid

Normalização e Ficha Catalográfica: Marina P. Freitas CRB-08/ 6069

Dados internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Huber, Maria Julia Felix.

Cartilha de boas vindas para educadores recém contratados de casas
de acolhimento. / Maria Julia Felix Huber, Maria Fernanda B. Cid. - São
Carlos : UFSCar/CPOI, 2022.

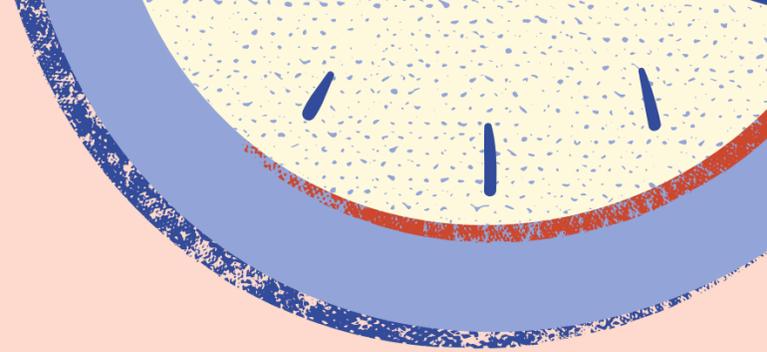
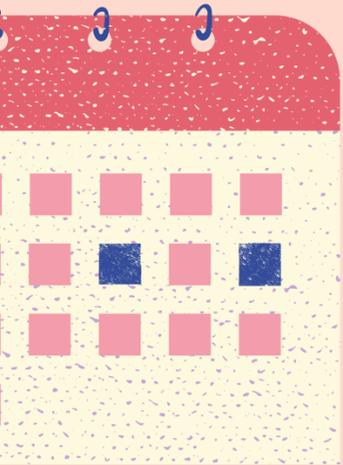
p.22

ISBN: 978-65-86558-49-4

1. Professores - Formação. 2. Acolhimento Infantojuvenil. 3. Casas
de acolhimento. I. Título.



Cartilha de Boas Vindas para
educadores/as recém
contratados/as de Casas de
Acolhimento



Este material tem como objetivo servir como apoio para educadores (as) recém contratados/as (e também para já contratados/as) de casas de acolhimento. Ele foi construído a partir da escuta ativa desses profissionais e do documento:
Orientação Técnica: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.





A casa de acolhimento

É um serviço que integra o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em sua alta complexidade e tem a função de assegurar todos os direitos garantidos às crianças e adolescentes.

O encaminhamento da criança e do adolescente para o serviço de acolhimento institucional ocorre quando foram esgotados todos os recursos para manutenção dos vínculos da família de origem e extensa; e quando a permanência na convivência familiar cause impactos e danos para o campo psicossocial e físico da criança e do adolescente, como por exemplo, situações de violência e negligência (BRASIL, 2009 ; BRASIL, 2011 ; NAIFF, 2008) .





Dessa forma, de acordo com as Orientações Técnicas, antes de se considerar a hipótese do afastamento, é importante assegurar o acesso à rede de serviços que potencializam as condições de um ambiente seguro para esse público. Além disso, segundo tal normativa, o impacto do afastamento pode ser minimizado se o atendimento no serviço de acolhimento propiciar experiências reparadoras às crianças e adolescentes como também a retomada para o convívio familiar (BRASIL, 2009).

“

Dessa forma, tais serviços não devem ser vistos como nocivos ou prejudiciais ao desenvolvimento da criança e do adolescente, devendo-se reconhecer sua importância, de forma a evitar, inclusive, a construção ou reforço de uma auto-imagem negativa ou de piedade da criança e adolescente atendidos, por estarem sob medidas protetivas. (BRASIL, 2009, p. 13).

”



(BRASIL, 2009)



Direitos autorais de imagem: banco de dados Canva, 2021

A Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes

Resolução conjunta n. 1, de 18 de junho de 2009, assinada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente (CONANDA) e pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) , define quais são as atribuições dos (as) educadores (as) :

Vinculação com a criança/adolescentes atendida, contribuindo para uma construção familiar no serviço; fortalecer os vínculos entre familiares ou família substituta; domínio do ECA; promover individualidade da criança e adolescente; preservação dos direitos dos usuários (BRASIL, 2009; BARROS; NAIFF, 2015).

O/A educador (a) social

Profissional que promove cuidado individualizado para cada criança e adolescente, baseado na avaliação de suas condições emocionais, história de vida, impacto da violência ou do afastamento do convívio familiar, situação familiar, vinculações significativas, etc.





Perspectivas sobre o papel do (a) educador (a) social



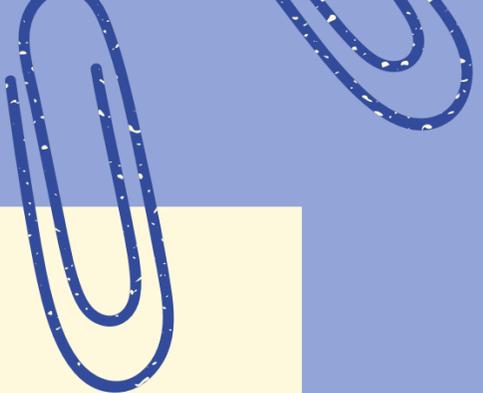
O documento das Orientações Técnicas (2009), valida as concepções dos/as profissionais: de existir uma preocupação com o desenvolvimento das crianças e adolescentes em sua totalidade, por vezes exercendo um papel semelhante com aquele que se vivencia no ambiente familiar. Dessa forma, consta na diretriz que o/a educador/a tem a função de vincular-se afetivamente às crianças e adolescentes institucionalizados, contribuindo para a construção de um ambiente familiar, ressaltando a importância de não competirem ou desvalorizarem a família de origem (BRASIL, 2009 ; HUBER; CID, 2021).

PERFIL DOS EDUCADORES

FORMAÇÃO

Estudos sugerem que o/a educador(a) social também é formado pelas forças atuantes da instituição, levando em consideração as particularidades de cada serviço e município que ele está inserido. Além do mais, é possível entender que os/as profissionais se formam e aprendem na prática do seu serviço, sejam com atributos da área de saúde ou de assistência social (BRASIL, 2009; HUBER; CID, 2021; VANGRELINO, 2004) .

Papel da Instituição



Cuidar juntamente com educar, entendendo que precisam ser concomitantes, pois assim podem assegurar condições favoráveis para o crescimento das crianças e adolescentes institucionalizados.

É necessário empreender todos os esforços para preservar e fortalecer vínculos familiares e comunitários, favorecer a formação de sua identidade, além de amparar os profissionais que atuam diretamente com o público para que exerçam seu papel de forma íntegra e efetiva (BRASIL, 2009; HUBER; CID, 2021).



Fatores que influenciam na motivação e desempenho do/a profissional em seu trabalho

Fatores de proteção

Educadores/as já atuantes no serviço acreditam que são incentivos para o desenvolvimento do seu trabalho: a possibilidade de estar com as crianças/adolescentes, criando uma rotina de atividades e relações afetivas ; as respostas das crianças/adolescentes ao vínculo estabelecido, quando, por exemplo, voltam a vislumbrar novos sonhos para suas vidas (HUBER; CID, 2021; BRASIL, 2009).

Diálogo e vínculo

Os/As profissionais compreendem que esses pontos são instrumentos para um trabalho efetivo, além do desenvolvimento de empatia em um contexto de atuação que é complexo e desafiador. Possuir uma rede de suporte social, emocional e institucional no trabalho (HUBER; CID, 2021; BRASIL, 2009).

Sentimento de ser uma vocação

Os/As educadores(as) trazem o sentimento de estarem fazendo algo impactante e significativa na vida do público que atuam, sendo outro fator importante de motivação para o desempenho do seu trabalho (HUBER; CID, 2021; BRASIL, 2009).

Fatores que influenciam na motivação e desempenho do/a profissional em seu trabalho - *desafios*

Falta de comunicação

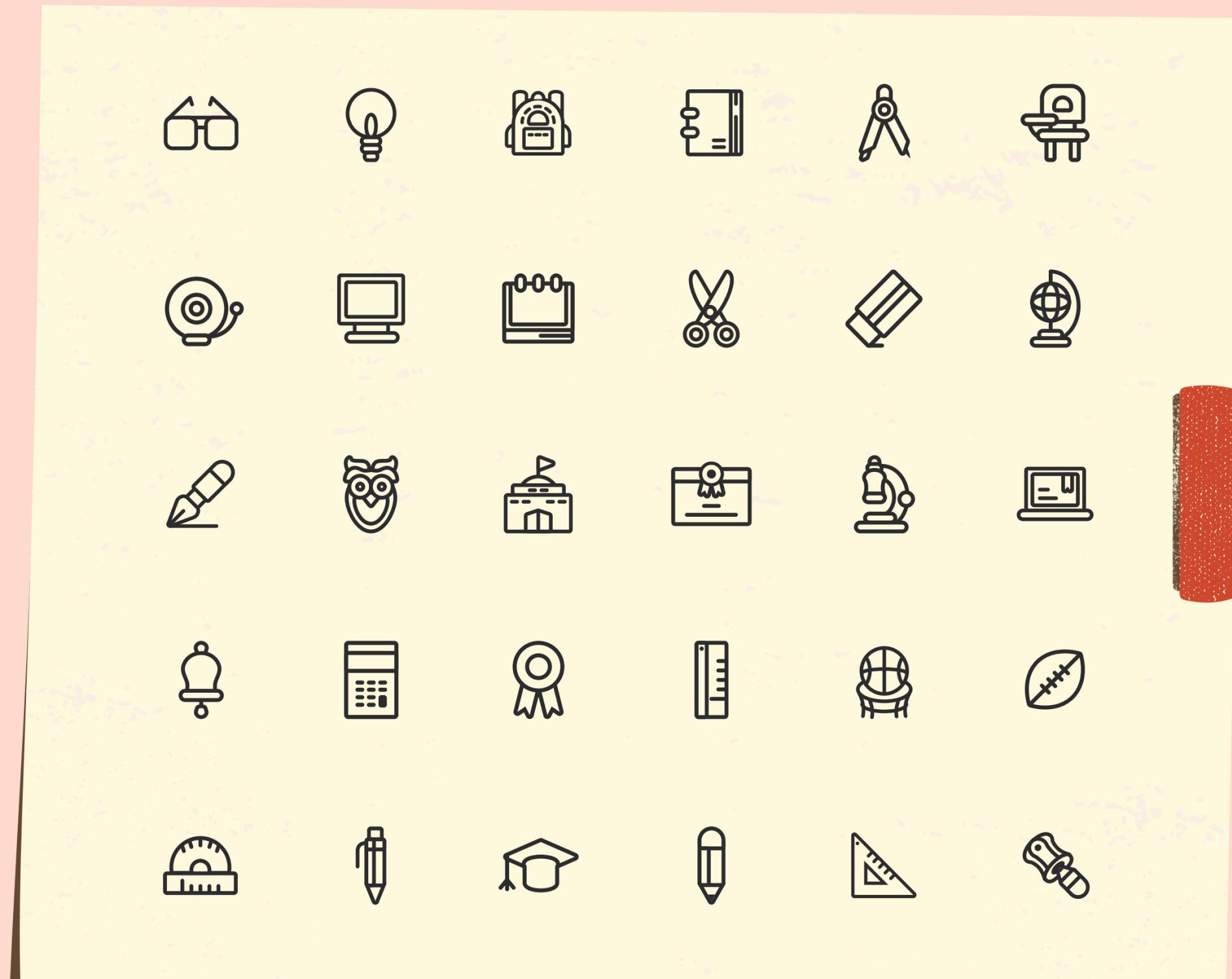
Os/As educadores(as) trouxeram relatos que a falta de comunicação é um desafio importante para a atuação profissional. Levando isso em consideração, as **Orientações Técnicas** trazem: para que o profissional consiga desempenhar seu papel com autonomia e ser reconhecido como figura de autoridade para a criança e ao adolescente é importante que não seja desautorizado pelos outros profissionais do serviço e possua uma boa comunicação e convivência com os mesmos (HUBER; CID, 2021).

Sobrecarga física e emocional

O sistema de trabalho em plantões, principalmente noturno, aos fins de semana e feriados, como corre em casas de acolhimento, faz com que seja incompatível uma disponibilidade ou até mesmo possibilidade de compartilhar momentos de autocuidado e socialização e suporte com a rede de apoio desses profissionais, os deixando em uma situação de maior fragilidade e sobrecarga emocional e física. Sendo este, outro desafio significativo para os profissionais (HUBER; CID, 2021).

Formação continuada

Investir na capacitação dos (as) educadores (as) é imprescindível para uma qualidade no cuidado e atendimento com o público infantojuvenil



Supervisão clínica institucional

Objetivo de promover o **cuidado**, **democratização** das instituições, e **capacitação** aos/às trabalhadores/as, por meio de outro profissional externo/a ao serviço.

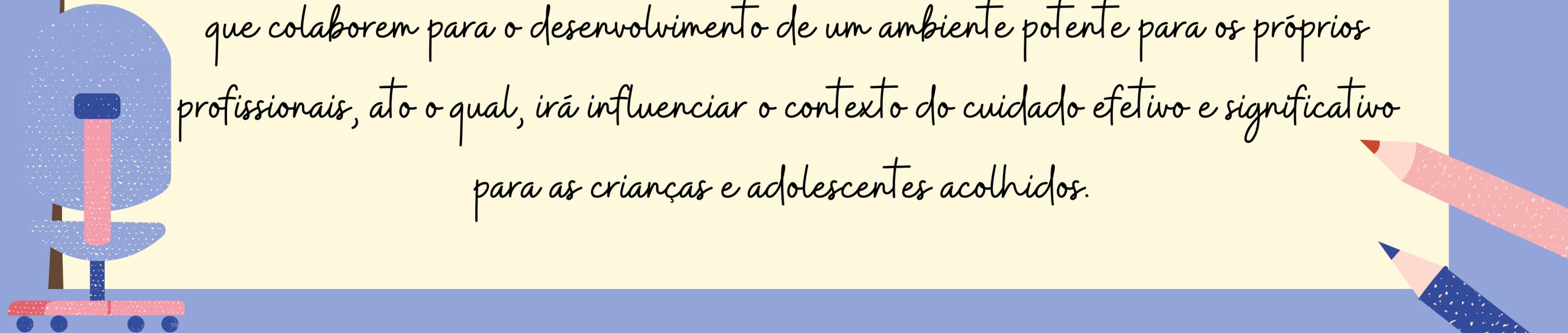
A supervisão clínica permite um espaço de troca de experiências, de cuidado e de proteção dos profissionais, promovendo um ambiente de apoio e reflexão.

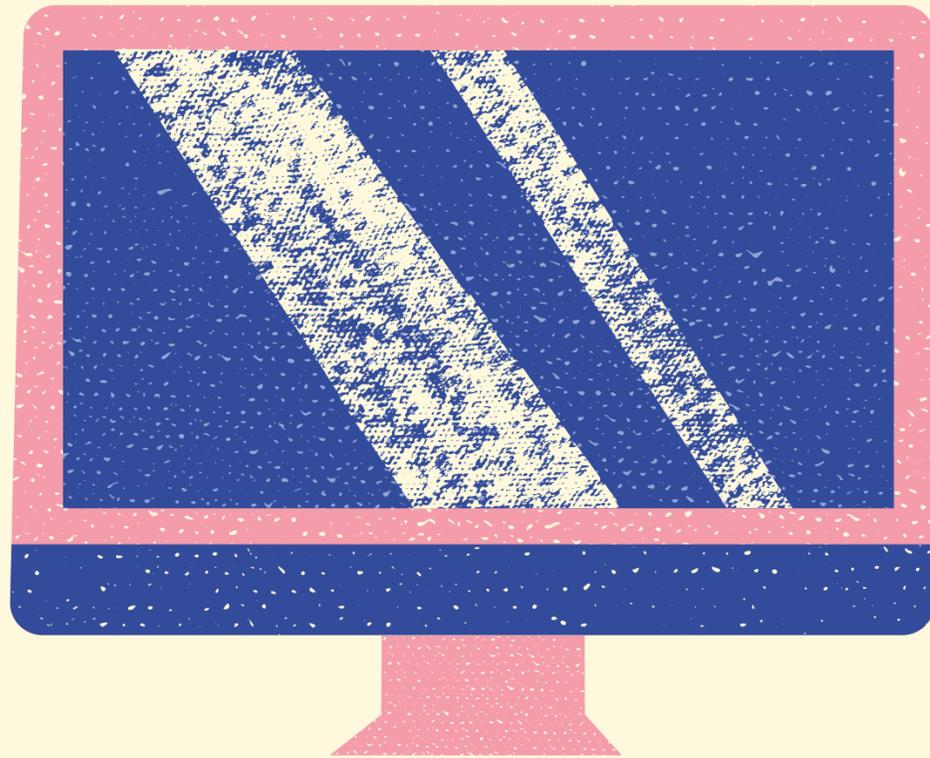
*É necessário que o/a profissional recém-contratado passe por uma **capacitação introdutória**, que lhe possibilite a inserção no serviço e na equipe já existente, permitindo que acompanhe a rotina da instituição como observador, além de realizar um contato inicial com :*

- ① Apresentação da rede de assistência e políticas públicas
- ② Cuidados específicos com crianças e adolescentes com deficiências ou necessidades específicas de saúde
- ③ Etapas do desenvolvimento da população trabalhada
- ④ Metodologia de trabalho com as famílias
- ⑤ Práticas educativas sobre como acolher os sentimentos de crianças e adolescentes
- ⑥ Competências e limitações de cada órgão



A validação e reconhecimento do/a profissional dentro da equipe resulta em uma valorização intrínseca do trabalho desses/as profissionais, entendendo-se como estratégico a construção de espaços de diálogo e compartilhamento. Assim, a equipe deve trabalhar de forma coletiva, contribuindo para uma construção de estratégias que colaborem para o desenvolvimento de um ambiente potente para os próprios profissionais, ato o qual, irá influenciar o contexto do cuidado efetivo e significativo para as crianças e adolescentes acolhidos.





O APOIO DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS

A ORIENTAÇÃO TÉCNICA APONTA QUE UMA COMUNICAÇÃO EFICIENTE E ÁGIL DOS ÓRGÃOS ENCAMINHADORES COM O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO É FUNDAMENTAL PARA QUE OS PROFISSIONAIS SEJAM INTEIRADOS PREVIAMENTE ACERCA DE CADA NOVO ACOLHIMENTO.



(BRASIL, 2009)

Novembro 2021

Desenvolvimento

Maria Julia Felix Huber
Maria Fernanda B. Cid

Arte Gráfica

Maria Julia Felix Huber

REFERÊNCIAS

BARROS, N. S; NAIFF, L. A. M. Capacitação para educadores de abrigo de crianças e adolescentes: identificando representações sociais. **Estud. Pesqui. Psicol.**, v. 15, n. 1, p. 240-259, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Caminhos para uma política de saúde mental infanto-juvenil**. 2. ed. rev. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-eadolescentes/programas/pdf/orientacoes-tecnicas.pdf>.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatório Final da III Conferência Nacional de Saúde Mental**. Brasília, 2002.

BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente, Câmara dos Deputados. Diário Oficial da União: Brasília, 16 jul 1990.

BRASIL. Sistema Único de Assistência Social, 2011.

EXNER, C. *et al.* Saúde Mental Infantojuvenil: estratégias de cuidado em Unidade de Acolhimento. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, Florianópolis, v. 12, n. 31, p. 60-86, 2020. ISSN 1984-2147.

FERIGATO, S.; DIAS, M. K. A supervisão clínico-institucional: um dispositivo teórico-prático para o fortalecimento das redes em saúde mental. *In*: Dias, M. K. (org.). **Dispositivos de atenção em saúde mental e seus desafios: os impasses na consolidação de uma atenção em rede**. Natal: EdUnP, 2013. p. 83-102.

NAIFF, L. A. M. Acolhendo crianças e adolescentes da violência social. **Boletim Interfaces da Psicologia**, v. 1, p. 26-30, 2008.

VANGRELINO, A. C. S. Processo de formação de educadores sociais na área de infância e juventude. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

